
Visão Geral da Situação da Morbidade e da Mortalidade Materna: *América Latina e no Caribe*

*Resumo Executivo
Dezembro 2017*

Resumo Executivo

Desde 1998, o Grupo de Trabalho Regional para Redução da Mortalidade Materna (GTR no acrónimo Espanhol) promove a colaboração interagências para implementação de políticas e programas para redução da mortalidade materna na América Latina e Caraíbas. O grupo de trabalho compreende agências técnicas das Nações Unidas, organismos de cooperação multilateral, organizações não-governamentais e associações profissionais. O GTR promove uma visão conjunta e comum para combate contra as mortes maternas ao otimizar a cooperação técnica dentro dos países e entre agências. Em 2003, o GTR liderou um vasto processo de consulta que resultou numa declaração política, o *Consenso Estratégico Interagências para Redução da Morbilidade e da Mortalidade Materna na América Latina e Caraíbas*. Este documento, firmado pelos governos da região, conjugou-se a prioridades suportadas por evidências acordadas para redução da morbilidade e da mortalidade materna durante a década 2004-2014. O Consenso Estratégico serviu de quadro de referência para o desenho e implementação de planos nacionais para redução da mortalidade materna, através da harmonização das estratégias técnicas dentro dos países e entre as diferentes agências participantes.

O documento atual é um resumo executivo do documento completo (disponível em espanhol e inglês) que apresenta o panorama do estado da saúde materna na região e reafirma os avanços e lições aprendidas na década anterior, num esforço para apoiar os países na identificação de novas prioridades e desafios para redução da mortalidade materna no quadro da Agenda 2030. Este panorama emerge num momento crítico. A nível regional, os governos fizeram compromissos significativos para redução da mortalidade materna durante a Primeira Conferência Regional sobre População

e Desenvolvimento em Montevideo (2013). Os governos renovaram este compromisso em 2015 com a adopção do Guia Operacional do Consenso de Montevideo, que giza o mapa concreto para redução da mortalidade materna na região. Além disso, o Consenso de Santo Domingo, alcançado durante a Conferência Regional de 2013 sobre a Mulher e a Agenda Regional para o Género, alcançada durante a XIII Conferência sobre a Mulher em 2016, são documentos técnico-políticos que visam transversalizar o género na implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável. A nível global, 2015 marcou o prazo para alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). Até 2015, nenhum país na região tinha alcançado o objectivo ODM 5A de reduzir a proporção de mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015.

Na América Latina e Caraíbas, milhares de mulheres ainda perdem a vida todos os anos por causas evitáveis associadas a gravidez e ao parto. Muitas mais sofrem complicações e vivem com problemas de saúde a longo prazo que afectam a sua qualidade de vida. As mulheres indígenas e afro-descendentes, além das mulheres de renda mais baixa e com menos anos de ensino formal frequentemente carecem de acesso a serviços de planeamento familiar e de assistência ao parto qualificada. Em muitas comunidades, as mulheres indígenas têm três vezes mais probabilidades de morrer de causas associadas a gravidez e ao parto do que as mulheres não indígenas que vivem nas mesmas comunidades. Estas desigualdades no acesso aos cuidados e a resultante perda de vida, violam o direito da mulher a saúde, que inclui cuidados para uma maternidade segura. A morte de uma mãe tem profundas repercussões emocionais, sociais e económicas sobre a família sobrevivente; a



seguir à morte da mãe, os recém-nascidos têm menor probabilidade de sobrevivência, outros filhos menor probabilidade de continuar na escola e a família mais propensa a sofrer as consequências financeiras da perda de produtividade e de rendimento.

O GTR reafirma as estratégias suportadas por evidências para prevenção da morte materna no Consenso Estratégico; que incluem a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde nacionais a todos os níveis, garantir financiamento adequado para os serviços públicos de saúde e aumentar serviços de alta qualidade, acessíveis e económicos. O actual panorama busca evidenciar os desafios significativos na região e urgir os países a responderem como segue: reduzir as desigualdades ao aumentar investimentos na saúde das comunidades mais vulneráveis; garantir os direitos dos adolescentes e jovens a uma vida saudável; reforçar os sistemas de vigilância e resposta a mortalidade materna; e focar em políticas públicas com uma perspectiva

baseada no género. As agências que constituem o GTR apoiam os princípios e estratégias subjacentes dos direitos e responsabilização, determinantes sociais da saúde e governação, cuidados interculturais e colaboração inter-sectorial.

